Armazenar as vacinas contra a Covid vai ser mais difícil do que distribuí-las em Portugal

texto Patrícia Naves

As farmacêuticas responsáveis por duas das mais promissoras vacinas contra a Covid-19 não antecipam dificuldades nas operações de distribuição. Já o armazenamento nos locais de vacinação será mais complexo, sendo que as farmácias só estão preparadas para receber uma delas, refere a Lusa.

Na semana passada, as farmacêuticas Moderna e o consórcio Pfizer/BioNTech anunciaram que as suas candidatas têm uma eficácia de cerca de 95%, colocando-se na frente da corrida das importantes vacinas que poderão permitir controlar a pandemia. Com estes novos dados, e outros também promissores divulgados entretanto por mais empresas, aumentou a expectativa de que possa haver uma nova vacina em janeiro — ou ainda antes do final do ano — e começaram-se a discutir os desafios logísticos de uma operação de vacinação em massa.

Em Portugal, o plano de vacinação, que inclui questões logísticas desde a distribuição ao armazenamento, está a ser coordenado por uma task-force criada pelo governo e deverá ser conhecido em breve.

A Agência [Lusa](#) falou com as farmacêuticas que têm estado a desenvolver duas das vacinas que já foram asseguradas pela União Europeia, da Pfizer e da Moderna, e nenhuma antecipa dificuldades ao nível das operações de distribuição mundial.

Entre as duas, a candidata da Moderna é aquela que, pelas suas características, impõe menos constrangimentos, uma vez que se mantém estável até seis meses a -20°C , o equivalente à temperatura da maioria dos congeladores domésticos ou médicos.

“Usar temperaturas de congelação entre -25°C e -15°C é um método mais fácil e mais convencional de distribuição e armazenamento do que a ultracongelação e a maioria dos operadores de distribuição farmacêutica já tem a capacidade de fazer a distribuição para todo o planeta nestas condições”, explicou a farmacêutica norte-americana.

O processo de ultracongelação que a Moderna refere é, por outro lado, aquele exigido para a conservação da vacina da Pfizer/BioNTech, que tem de ser armazenada a temperaturas muito baixas, entre -70°C e -80°C .

Mas o consórcio não deixou esta dificuldade sem solução e desenvolveu caixas térmicas especiais, com capacidade até 4.865 doses, que permitem conservar a vacina à temperatura necessária durante 15 dias, através do chamado gelo seco (ou seja, dióxido de carbono em estado sólido).

“Depois, a vacina pode ser conservada durante mais cinco dias no frigorífico entre 2°C e 8°C até ser inoculada”, explicou o diretor-geral da Pfizer Portugal, Paulo Teixeira, acrescentando que as caixas térmicas serão utilizadas pela Pfizer

durante o processo de distribuição até aos locais de vacinação.

Chegada aos locais, o armazenamento desta vacina será mais complexo, considerando o curto período durante o qual pode ficar guardada num frigorífico convencional. Por isso, sem o recurso à ultracongelamento nem todos os pontos que, por exemplo, agora administram a vacina da gripe poderão ter também a BNT162b2 da Pfizer. É o caso das farmácias comunitárias.

“Eu diria que não estará previsto que esta vacina possa ser administrada nas farmácias, até porque a informação que nós dispomos é que a maioria das farmácias não terá a capacidade de ter estes frigoríficos que permitam a conservação até -80°C ”, disse Paulo Teixeira, que sublinhou que Portugal tem os equipamentos necessários para que a vacina possa ser conservada noutros ambientes.

A mesma dificuldade não se coloca com a candidata da Moderna, que além de se manter estável a -20°C durante seis meses, aguenta temperaturas mais altas entre os 2°C e 8°C durante 30 dias depois de descongelada e mantém-se estável à temperatura ambiente durante 12 horas.

“Isto permite que o armazenamento possa ser feito na maioria das farmácias, hospitais e consultórios médicos”, explica a farmacêutica. E acrescenta que a mRNA-1273 também não vai exigir qualquer manuseamento especial ou diluição no local: “O que facilita a vacinação numa maior variedade de ambientes”.

A polémica das idades

Definir os pontos de vacinação é uma das tarefas do grupo de trabalho criado pelo governo, responsável também por definir a estratégia de vacinação, que inclui a identificação dos grupos alvo prioritários, administração e seguimento clínico de resultados e reações adversas.

A respeito da eficácia da vacina, a diretora médica da Pfizer Portugal, Susana Castro Marques, explicou à Lusa que na terceira fase dos ensaios clínicos, que envolveu cerca de 44 mil voluntários, entre os 12 e os 85 anos de idade, a taxa de 95% anunciada na semana passada foi consistente nas várias faixas etárias.

“Sabe-se também que acima dos 65 anos de idade a eficácia é superior a 94%”, acrescentou, sublinhando também que, entre os 44 mil voluntários, cerca de 41% tinham entre 56 e 85 anos, pelo que “existe muita informação relativamente às pessoas mais idosas”.

O coordenador da ‘task force’, Francisco Ramos, disse entretanto que a proposta apresentada pela DGS “não tem qualquer limite de idade para as pessoas internadas em lares”. “A existir, será pelas características das próprias vacinas e não por uma escolha de quem tem responsabilidade de decidir quem deve ser vacinado, nomeadamente quem será vacinado numa primeira fase”, que abrangerá cerca de um milhão de pessoas, insistiu.

A questão de quem deve ter prioridade nas vacinas à Covid-19 gerou polémica na sexta-feira em Portugal, com a possibilidade, noticiada na imprensa, de que maiores de 75 anos sem comorbilidades ficavam de fora do acesso prioritário à vacina.

A situação surgiu por haver uma proposta de especialistas da Direção-Geral da Saúde de que pessoas entre os 50 e os 75 anos com doenças graves, funcionários

e utentes de lares de idosos e profissionais de saúde devem ser os primeiros a ser vacinados. De fora ficaram os maiores de 75 por alegadamente não haver resultados da sua eficácia neste grupo.

Na sexta-feira, o bastonário da Ordem dos Médicos assumiu que lhe causa confusão e estranheza que os mais idosos não possam ser vacinados contra a Covid-19, aguardando conhecer os critérios da DGS. O bastonário e o Gabinete de Crise para a Covid-19 da Ordem dos Médicos já pediram transparência, equidade e fundamentação na vacinação contra o novo coronavírus, manifestando disponibilidade para colaborar na proposta de vacinação nacional.

Numa primeira análise, o bastonário Miguel Guimarães considerou “estranho” que pessoas “mais frágeis, menos resistentes e que sofrem mais com a infeção não estejam a ser protegidas”. O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, considerou por seu turno esta uma “ideia tonta” e **o primeiro-ministro, António Costa, rejeitou mesmo essa possibilidade.**

Ainda a distribuição

Ainda sobre a distribuição, também à Lusa, o presidente da Associação de Distribuidores Farmacêuticos (Adifa) explicou que serão provavelmente os distribuidores farmacêuticos a levar as vacinas até esse destino final; no entanto, até agora a associação que representa o setor não sabe se vai ou não participar na operação logística que antecipa ser complexa, mas para a qual dizem ser os mais bem preparados. A associação pede, por isso, planeamento rápido.

Referindo a experiência com a vacina da gripe, Nuno Cardoso explica que estes operadores já têm toda uma operação montada para fazer chegar esta vacina às farmácias, mas não descarta desafios acrescidos na nova missão.

“Colocam-se desafios desde logo pela dimensão do volume. Sendo uma vacinação em massa, será sempre uma operação complexa que tem de ser planeada, antecipada e discutidos os seus modelos o mais rapidamente possível”, considerou.

Pelos motivos expostos, das temperaturas, a decisão de incluir as farmácias no plano de vacinação ainda não foi tomada. Essa é uma das tarefas a cargo do grupo de trabalho que tem de desenhar toda a operação logística de armazenamento, distribuição e administração das vacinas.

Para Hélder Mota Filipe, professor na Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa e antigo presidente do Infarmed, seria importante que a vacinação chegasse tão perto da população quanto possível e que, por isso, passasse pelas farmácias comunitárias. Mas é preciso assegurar que todo o circuito, desde o transporte ao destino, está preparado para esse trabalho.

Do lado dos distribuidores farmacêuticos, também prevalecem as incógnitas. Porém, Nuno Cardoso sublinha que se a intenção for contar com as farmácias para a vacinação, seria importante que o setor também participasse no planeamento.

Os impactos da vacina

Ainda esta sexta-feira, a filial portuguesa da AstraZeneca, que tem uma vacina em fase final de testes com a Universidade de Oxford, avançou que a sua

resposta contra a Covid-19 poderá eventualmente ser distribuída na Europa, incluindo em Portugal, já no próximo mês de dezembro.

A vacina ainda está a fazer novos testes relativos ao seu grau de eficácia e segurança, mas a hipótese de ser distribuída já em dezembro é, apesar disso, ainda uma realidade, explicou esta fonte ao canal.

Finalmente, e mesmo com todos estes avanços, vários especialistas frisaram à Lusa que o impacto da vacinação contra o novo coronavírus só deverá sentir-se em Portugal e no mundo no fim de 2021, mesmo que as primeiras pessoas sejam imunizadas no princípio do ano.

Isto porque é preciso haver vacinas suficientes para inocular cerca de metade da população e conseguir o efeito da imunidade de grupo, explicaram.